

MARISTELA BASSO

Fotos Paulo Junqueira



A confiança em Obama

EUNICE NUNES, especial para o "Tribuna"

Professora e advogada com experiência internacional, Maristela Basso vislumbra um mundo melhor a partir da crise econômica mundial e da eleição de Barak Obama para a presidência dos Estados Unidos. Para ela, Obama deixará o mundo mais seguro e a crise deverá acarretar num novo modelo econômico, um novo capitalismo, "mais suave, mais gentil".

Especialista em integração europeia, Maristela acredita que a União Europeia (UE) assumirá a liderança mundial na retomada da credibilidade e da confiança no mercado financeiro. Sobre a possibilidade de uma Constituição Europeia, rejeitada em 2008 pelo voto de alguns dos mais novos membros da UE, ela diz que não há como voltar atrás

e que os europeus vão construir um consenso em torno do Tratado de Lisboa, ainda que venham a dar outro nome que não o de Constituição. "O Tratado de Lisboa é o que existe de mais moderno sobre direitos das pessoas. É o tratado de direitos humanos mais completo e consistente que existe. Chega a um grau de detalhe que reconhece o direito das mulheres a conciliar a vida pessoal e profissional. Não é só uma futura Constituição Europeia, mas uma peça fundamental no que diz respeito à consolidação dos direitos humanos de uma forma muito mais avançada do que se fez até hoje por meio dos documentos e tratados da ONU. Ainda que não venha a ser uma Constituição Europeia, será usado como uma fonte

constante e material de inspiração. Poderá ser adotado como uma carta de princípios. Não tem como descartar, porque é um patrimônio jurídico que já se incorporou na vida das pessoas", sustenta.

Autora de várias obras, entre elas *Direito Internacional da Propriedade Intelectual*, editada pela Livraria do Advogado, e *Da Aplicação do Direito Estrangeiro pelo Juiz Nacional*, publicada pela Editora Saraiva, Maristela é professora livre-docente de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Fadusp) e integra a lista de árbitros do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 2008, ela aparece como referência no "Who's Who in the World" e no "Outstanding Intellectuals of de 21st Century".



"O profissional tem de ter uma noção do privado contido pelo público"

Tribuna do Direito — O que levou a sra., que é uma profissional do Direito Internacional, a interessar-se pelo Direito da Propriedade Intelectual?

Maristela Basso

— Sempre faço escolhas estratégicas. Quando fui fazer pós-doutorado, no fim dos anos 90, resolvi apostar na propriedade intelectual, porque era um tema que, dentro do Direito Internacional Privado, ainda tinha espaço para ser explorado. Foi uma escolha de futuro, por-

que não havia profissionais nessa área. Os profissionais da propriedade intelectual, com o surgimento da OMC (Organização Mundial do Comércio), se viram diante de uma legislação nova que não sabiam administrar, porque eram estudiosos da matéria na perspectiva interna. Resolvi fazer esse casamento do Direito Internacional com a propriedade intelectual.

TD — Como se dá esse casamento?

Maristela — Hoje, pós OMC, ou seja, depois de 1994, toda legislação que cuida das marcas, patentes, topografias de circuitos integrados, indicações de procedência, dos segredos industriais e comerciais, que cuida dos bens não-corpóreos, que cuida dos bens intangíveis, ou seja, toda a parte de Direito do Autor e demais direitos conexos, para os países-membros da OMC é a mesma legislação, porque decorre de um tratado internacional, o chamado Acordo Trips. Isso tornou íntima a relação entre o Direito Internacional e o Direito da Propriedade Intelectual.

TD — Qual a importância da propriedade intelectual no mundo de hoje?

Maristela — Quando nos anos 70 a crise do petróleo pôs em xeque o modelo econômico baseado na indústria do petróleo, a indústria pesada, os países desenvolvidos, entenderam que era necessário buscar outra realidade que não fosse pautada pelo petróleo, e perceberam que o bem do futuro era o conhecimento, a informação, a tecnologia. Como apostaram nisso, o combustível do desenvolvimento passou a ser a informação e a tecnologia, e o Direito da Propriedade Intelectual ganhou espaço. Era preciso conferir proteção jurídica aos investimentos realizados no desenvolvimento de novas tecnologias e produção intelectual. E essa proteção veio do Direito Internacional, porque não adiantava um só país proteger, era preciso uma proteção generalizada. Nos anos 80, na Rodada de Tóquio tentou-se falar em propriedade intelectual, mas não se conseguiu. E quando começou a Rodada do Uruguai, que criou a OMC, os países desenvolvidos exigiram que houvesse um con-



"A Rodada Doha não fracassou"

ceito amplo de bem, que englobasse bens corpóreos, móveis e imóveis, serviços e tudo que fosse relacionado à propriedade intelectual. Foi aí que os bens intangíveis, autoria, marcas e patentes, entraram nesse conceito de bem que passou a ser protegido no comércio internacional.

TD — Como harmonizar a proteção dos bens intelectuais, imateriais, com os direitos humanos, por exemplo, na área da saúde?

Maristela — Em geral, há uma inaptidão do profissional do Direito para associar o Direito Público com o Direito Privado, ou de lidar com o Direito individual e o interesse público. Essa dicotomia que fazemos entre os que estudam o Direito Privado, o Direito Civil, e os que estudam o Direito Público, o Direito Administrativo, o Direito Constitucional, cria um abismo. E a propriedade intelectual acaba com esse abismo. O profissional tem de ter uma noção do privado contido pelo público. E, em geral, os juristas não estão preparados para entender essa relação. O Acordo Trips da OMC é muito claro: diz que só protege o interesse individual sobre a marca, sobre a patente, etc., se essa proteção estiver de acordo com o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país. No Brasil, isso está também na Constituição Federal. Tanto o Trips

quanto a Constituição brasileira dizem que protegem a propriedade intelectual desde que essa proteção não provoque um retrocesso no desenvolvimento do país. E os países tiveram prazos para se adaptar às regras do interesse privado no contexto do interesse público. O interesse público está sempre acima do interesse privado. A patente, o direito autoral, se preciso for, no interesse público, será expropriado, que é o que se chama de licença compulsória e tanta celeuma provoca no Brasil. Isso tudo está perfeitamente delineado na legislação.

TD — A sra. pode definir licença compulsória?

Maristela — Licença compulsória é quando o Estado, necessitando de um determinado produto ou de uma determinada tecnologia, patenteada por um certo fabricante, porque a produção do detentor da patente não satisfaz a sua demanda ou porque o preço é alto demais, faz uma desapropriação temporária e passa a produzir diretamente para atender ao interesse público. Isso está previsto tanto na legislação internacional quanto na legislação interna. Foi o que aconteceu quando o Brasil licenciou compulsoriamente a produção de medicamentos anti-aids. Depois que o Trips entrou em vigor, houve muitas discussões entre os Estados-membros da OMC sobre se o que estava previsto restringia o interesse público, sobretudo na área da saúde. Daí saiu o que se chamou de Declaração de Doha, em 2001, segundo a qual entre a defesa da saúde pública e o interesse privado da indústria, prevalece a saúde. A regra é o interesse público em primeiro lugar.

TD — Na sua opinião, a Rodada Doha fracassou totalmente, ou poderá ser resgatada?

Maristela — Não, não fracassou. Depois da criação da OMC ficou muito pouca coisa para ser resolvida. Justamente os tópicos mais difíceis de serem resolvidos ficaram para a Rodada de Doha. Doha tem uma agenda difícilíssima. Os temas são muito complexos e é muito difícil obter consenso. Por isso, marcha lentamente. Avança um passo e recua dois ou três para depois andar uns quatro ou cinco para a frente. Esperar mais de Doha era muita ingenuidade. Com a crise do sistema econômico-financeiro global vai ficar mais difícil.

TD — O Brasil brigou muito por entender que a agenda de Doha não contemplava seus interesses...

Maristela — O Itamaraty se portou muito bem nas negociações. Tem uma equipe muita boa na OMC. E ali os países se associam em torno de interesses comuns, não por serem ricos ou pobres. Às vezes o Brasil está em um grupo, outras vezes em outro. O que os negociadores levam em conta é o que é melhor para o país naquele momento em relação a determinado tema. Falou-se em abandono do Mercosul, mas isso não aconteceu. Não havia interesse do Mercosul. Na ocasião, os outros países do Mercosul não tinham o mesmo interesse do Brasil.



"Há um abismo entre a prática e a retórica"

TD — Mas o governo Lula sempre disse que priorizava uma interlocução sul-americana.

Maristela — Há um abismo entre a prática e a retórica. O Mercosul nunca foi prioridade deste governo. Ao contrário, ele retrocedeu em tudo que Fernando Henrique Cardoso e Celso Lafer haviam deixado de legado. Criaram uma outra organização, a União de Nações Sul-Americanas, que foi uma desonra para o Mercosul. Não precisavam ter feito isso,

porque o Mercosul é aberto a qualquer país. Bastava que os demais países aderissem a uma estrutura já existente, o Mercosul. Era mais econômico, prático e promissor. O governo atual não tem um plano regional. E o Brasil só vai ser membro do Conselho de Segurança da ONU, só vai ter secretário-geral da OMC ou negociador no Oriente Médio se estiver articulado regionalmente.

TD — Qual a sua avaliação sobre a atual crise econômica?

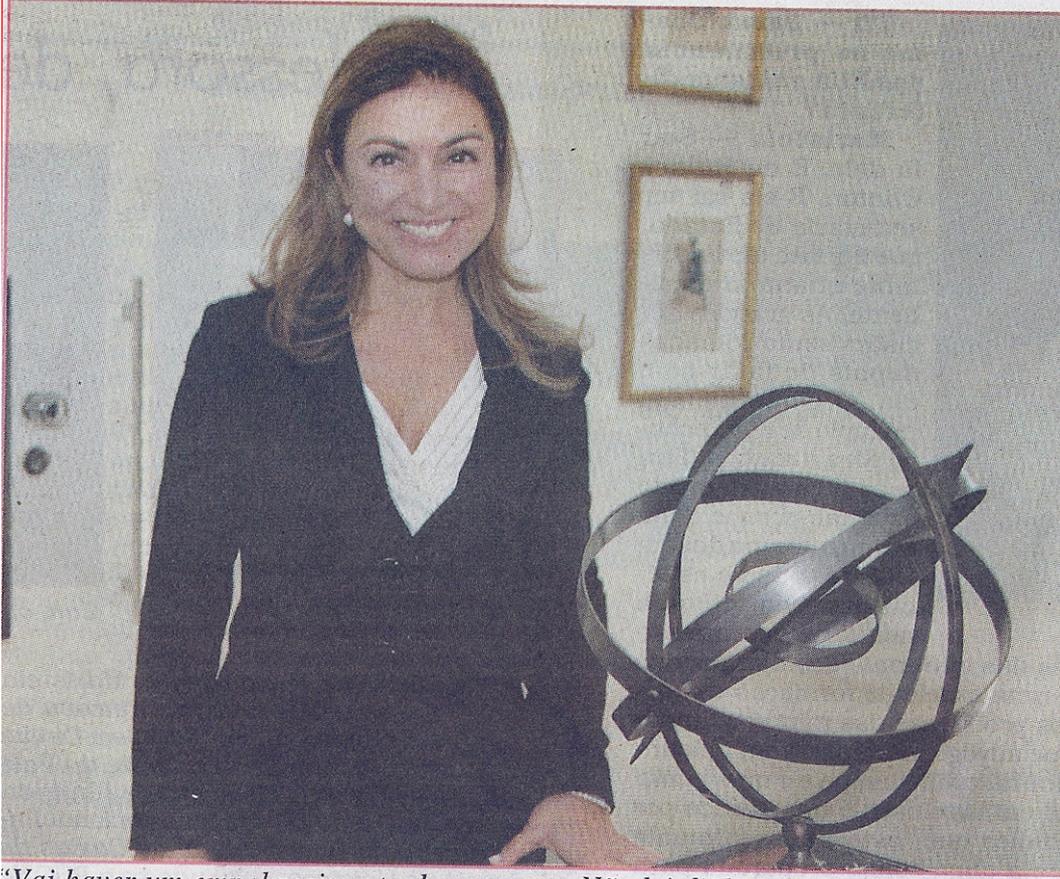
Maristela — Acho que é uma crise econômica sem precedentes. Vai haver um empobrecimento das pessoas, porque não há dinheiro no mercado. Vai ter de emergir um novo modelo econômico, um novo capitalismo. Esse novo capitalismo será mais suave, mais gentil, com um Estado mais participante e mais regulador, mais intervencionista. As pessoas estarão menos consumistas. Isso tudo vai exigir uma reacomodação dos empresários, dos empregados, dos consumidores.

TD — Uma nova ordem mundial emergirá desta crise?

Maristela — Sim. Os Estados Unidos e o Reino Unido, dois países com moedas fortes e com importante papel econômico no cenário internacional, saem empobrecidos. A União Européia saiu na frente e assumiu a liderança na definição de uma real e efetiva governança bancária e financeira mundial. Passa a liderar o processo de retomada da credibilidade e da confiança nos mercados. Por outro lado, há o Japão, a China, a Arábia Saudita e a Índia, que estão com poupança, o que os torna interlocutores importantes no cenário mundial. Parte do que produziam para exportar passará a ser consumido internamente, porque eles têm poupança. E o Brasil, se souber administrar, também saberá ocupar seu espaço. A crise certamente vai trazer uma reacomodação. É preciso que se deixe de ser tão consumistas. Muda o modelo econômico não só para os Estados, mas também deve mudar a mentalidade das pessoas. O superconsumismo e o endividamento financeiro devem sair de cena e a vida interior passa a ser mais relevante.

TRIBUNA DO DIREITO

LIVROS



“Vai haver um empobrecimento das pessoas. Não há dinheiro no mercado”



"Sou fã dele (Barack Obama) e da Hillary Clinton"

TD — Barak Obama na presidência dos EUA vai fazer diferença?

Maristela — Sou fã dele. E da Hillary Clinton. E ela vai ser secretária de Estado, que é quase tão importante quanto o presidente. As grandes decisões serão tomadas depois de falar com ela. O Obama é um exemplo de novo político para o mundo. Tem uma formação muito especial, porque é um sujeito formado em Direito, que se especializou em ciência política e sempre mi-

litou em defesa das minorias, dos direitos das pessoas. Tem uma excelente formação e uma perspectiva dos problemas das minorias muito especial, porque advogou na área. Vem refletindo sobre política há muito tempo e o que pensa está publicado em livro. Não é um político por acaso. Tudo indica que esteja pessoalmente preparado, que a alma esteja preparada para assumir uma situação de poder e administrar os conflitos a ela inerentes. Com ele, o mundo pode ser diferente. Primeiro, tem mais compaixão com o outro. Depois, tem uma empatia com os problemas da África, do Oriente Médio. Será um interlocutor mais fácil. Tem uma visão transpartidária. Acredita que os problemas norte-americanos só serão resolvidos com um pool de forças que envolva democratas, republicanos e o povo dos EUA. Evidentemente, assume num momento dramático, porque não era esse o cenário econômico durante a campanha, e vai ter muita dificuldade. Será um presidente mais fraterno e o mundo estará mais seguro com ele.

TD — Se pedissem, que conselhos daria aos seus alunos?

Maristela — Que perguntem qual é o lugar deles no mundo e façam as escolhas não só afetivamente, mas que projetem no futuro o espaço que querem ocupar. Sempre digo que não se descuidem da preparação pessoal. Que procurem saber quem são os colegas que estão do lado, à frente, atrás, como é que é a vida deles, que prestem atenção no outro. Também recomendo que leiam textos de Psicologia, Antropologia, Sociologia e Filosofia. O cliente gosta disso, quer isso. Ele não quer falar com o advogado só para resolver um problema específico. Quer ir ao escritório, tomar um café e conversar com o advogado como se fazia antigamente. Quer uma relação que não seja estritamente comercial. Além de resolver os problemas jurídicos, quer também falar sobre outras coisas e ter um contato mais humano. Quer ser visto, ouvido e percebido. E por isso não quer ser cobrado por hora, não quer ficar constrangido sem saber se vão cobrar ou não vão a conversa. A americanização dos escritórios empobreceu os advogados como profissionais. Quem vai levar o problema jurídico, quem o advogado vai atender, é sempre uma pessoa, ainda que represente uma empresa.

Professora, desde a infância

Álbum de Família



No primeiro grau no RS

Álbum de Família



Com os alunos de pós-graduação na São Francisco

Gaúcha de Porto Alegre, Maristela Basso desde menina brincava de ser professora. Formada em Direito em 1982 na Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), em 1984 tornou-se professora de Direito Internacional Privado. Primeiro na Universidade de Caxias do Sul, depois na Unisinos, seguindo-se a PUC de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1995, prestou concurso para lecionar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde está até hoje. Já são 24 anos de magistério superior.

A vida acadêmica, contudo, desenvolveu-se paralelamente a Advocacia. "A prática é fundamental, sobretudo na minha área, que exige vivência. Não teria como ser só professora em tempo integral. Faltaria substância. Os casos que levo para a sala de aula são os que acompanho na vida profissional", afirma, definindo-se como "uma professora-advogada".

O Direito Internacional, no fim dos anos 70 e começo dos anos 80, era uma disciplina que nem todas as faculdades no Brasil ofereciam. Ao optar por essa área das ciências jurídicas, Maristela estava decidida a ocupar um espaço científico-acadêmico em que pudesse desenvolver-se e dar sua contribuição. "E aonde ainda havia um espaço na ciência jurídica para alguém entrar e contribuir na época, sobretudo no Rio Grande do Sul, era no Direito Internacional, especialmente na parte privada", relata, acrescentando que "não foi apenas uma escolha de amor, mas também de futuro. Não poderia me dar ao diletantismo de só viver do Magistério ou de uma área do Direito onde fosse difícil a inserção. Apostei nesse ramo e não me arrependo".

Começou a corresponder-se com uma das maiores autoridades do Direito Internacional Privado, o professor italiano radicado na Argentina Antonio Boggiano, a quem dedicou seu primeiro livro. No final dos anos 80, foi para São Paulo desenvolver os estudos. Fez mestrado e doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e, em 1995, ingressou no quadro de professores da instituição.

As pesquisas acadêmicas dentro da Universidade de São Paulo acabaram por levá-la a morar na Itália, na França, na Alemanha e no México.

"Pensava em voltar para o Rio Grande do

Sul, mas os alunos do Largo de São Francisco são muito sedutores, muito instigantes para um acadêmico. Para um cientista, é muito mais proveitoso estar dentro da Universidade de São Paulo do que em qualquer outro lugar", diz.

Pelo jeito, as aulas que ministra pelo Brasil marcam os pupilos. Alunos paranaenses ocasionais (de seminários, palestras e congressos) lançaram um livro com estudos em sua homenagem. E, recentemente, os alunos do Largo de São Francisco resolveram seguir o exemplo e também lançaram um volume com estudos em homenagem à professora Maristela Basso.

Divorciada, sem filhos, Maristela gosta de receber os amigos para jantares e festas. É ela mesma que cuida do forno e do fogão. "Adoro cozinhar. Tenho uma horta em casa, que tem até tomates", conta.

Mas, na mesma medida em que gosta de reunir pessoas, gosta de ficar só. "A coisa que mais recupera é a solidão. É porque tenho uma vida interior muito movimentada. Ao mesmo tempo em que gosto de estar com as pessoas, na mesma proporção gosto de estar só", diz, ressaltando que tem sempre a companhia do cão Billy, um animal de raça chinesa e temperamento calmo.

E quando está só, Maristela lê muito sobre os mais variados assuntos. "Sou estudiosa compulsiva de qualquer assunto. E sou muito curiosa. Como comecei a descobrir os prazeres da leitura muito tardiamente e por conta própria, na época da faculdade, sempre digo aos alunos que quanto mais cedo começarem, mais conhecimento vão acumular e melhor será a vida deles. Mesmo na Advocacia, isso é importante. Hoje, o que torna o advogado mais interessante para o cliente não é só o conhecimento jurídico, mas a experiência. E essa não é atingida necessariamente aos 50 anos, mas pode ser mais cedo. Como? Com a leitura. Essa experiência vem com a Literatura, a Psicologia, a Psicanálise, a Sociologia, a Filosofia", afirma.

Entre seus hábitos cotidianos, destaca-se o de ler o jornal de "cabo a rabo" antes de sair de casa. "Demoro cerca de uma hora e meia, mas não deixo de ler nada. Se estou viajando e não puder ler um grande jornal de circulação nacional, leio o jornal local, mas não deixo de ler." (EN)